

# *Superior Tribunal de Justiça*

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 1200 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 21 de Dezembro de 2012 Publicação: Segunda-feira, 24 de Dezembro de 2012

**PORTARIA STJ N. 529 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.**

Dispõe sobre a elaboração do plano de obras e disciplina a implantação do Sistema de Avaliação e Priorização de obras do Superior Tribunal de Justiça

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o art. 35 da Resolução n. 114 do Conselho Nacional de Justiça, de 20 de abril de 2010, e o que consta do processo administrativo STJ n. 11.208/2012,

## **RESOLVE:**

### **CAPÍTULO I** **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º As regras para a elaboração do plano de obras do Superior Tribunal de Justiça e para a implantação do sistema de avaliação e priorização de obras observarão o disposto nesta portaria.

### **CAPÍTULO II** **Das Definições Técnicas**

Art. 2º Para os fins desta portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I – obra: toda construção ou reforma realizada de modo direto ou indireto;

II – caso de emergência ou de calamidade pública: situações em que há urgência de atendimento de ocorrência que possa gerar riscos pessoais e/ou patrimoniais;

III – plano de obras: documento que relaciona as obras necessárias à prestação jurisdicional que estejam contempladas no planejamento estratégico agrupadas pelo custo total estimado, em ordem de prioridade;

IV – indicador de prioridade: classificação, em ordem decrescente, de cada obra, ordenando em função da sua necessidade e relevância;

V – Sistema de Avaliação e Priorização de Obras: conjunto de avaliações e pareceres com análise clara e objetiva que demonstrem a necessidade de execução e exequibilidade;

VI – avaliação técnica: documento com demonstrativo e parecer que permita a aferição do indicador de prioridade de cada obra.

### **CAPÍTULO III** **Do Plano de Obras**

Art. 3º É obrigatória a elaboração do plano de obras para a realização de obra do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O plano de obras bem como suas atualizações ou alterações deverão ser aprovados pelo Plenário ou pelo Conselho de Administração.

§ 2º O Conselho Nacional de Justiça será cientificado quando da aprovação de obras de grande porte, cujo valor se enquadre no estabelecido na alínea *c*, inciso I, do art. 23 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º As obras emergenciais e as de pequeno porte cujo valor se enquadre no limite estabelecido na alínea *a* do inciso I do art. 23 da Lei n. 8.666/1993 poderão ser executadas sem previsão no plano de obras, a fim de propiciar agilidade na solução de imprevistos administrativos ou na execução de obras de menor valor orçamentário.

§ 4º O plano de obras contemplará todas elas, organizadas de acordo com as prioridades e custos estimados, obedecido o princípio da economicidade.

§ 5º As unidades de engenharia e arquitetura, de orçamento e finanças e de controle interno elaborarão pareceres, analisando os critérios de avaliação e priorização utilizados, as condições de exequibilidade e a compatibilidade orçamentária, com o intuito de subsidiar as decisões do Tribunal.

§ 6º Cada projeto apresentará os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra e permitir ao gestor o planejamento de todas as etapas e a elaboração do cronograma físico-financeiro.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Do Sistema de Avaliação e Priorização de Obras**

Art. 4º O Sistema de Avaliação e Priorização de Obras, que tem por objetivo definir o grau de prioridade, será consubstanciado na planilha anexa, possibilitando uma pontuação de 0 a 10, cujos critérios de pontuação e de ponderação são os seguintes:

I – alinhamento estratégico: critério utilizado para avaliar e pontuar as obras que estejam alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal;

II – necessidade técnica: critério que visa avaliar e pontuar as obras em relação ao benefício que o investimento trará à estrutura física ou à prestação jurisdicional, sendo avaliados os seguintes aspectos:

- a) prestação jurisdicional;
- b) segurança das informações;
- c) custo operacional;
- d) custo de manutenção;
- e) conforto ambiental;
- f) clima organizacional;

III – cumprimento normativo: critério que pontua as obras que atendam às imposições normativas, seja por exigência legal, seja por determinação superior (correcional ou resolução dos conselhos superiores), seja por recomendações (do controle

IV – alteração da estrutura orgânica do Tribunal: critério utilizado para avaliar a necessidade de ampliar ou reduzir o espaço físico de unidade administrativa em razão de alteração da estrutura orgânica.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Orçamento**

Art. 5º A alocação orçamentária para execução de obras na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais obedecerão ao plano de obras.

Parágrafo único. A alocação orçamentária de uma obra constante do plano de obras será condicionada à realização dos estudos preliminares e à elaboração dos projetos, básico e executivo, necessários à construção.

Art. 6º Os projetos deverão atender as exigências de acessibilidade e de sustentabilidade, e as contratações, mediante licitação, de serviços e obras deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental.

Parágrafo único. Os projetos básicos deverão prever a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a racionalização no consumo de água e energia elétrica e a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Art. 7º Os orçamentos das obras e serviços serão elaborados e apresentados de forma discriminada, em planilhas orçamentárias, adotando-se os valores unitários do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, disponibilizado pela Caixa Econômica Federal – CEF.

§ 1º O Tribunal poderá adotar preços mediante demonstração em fichas de composição de custos unitários, quando aqueles apresentarem valores menores dos que os disponibilizados pelo Sinapi/CEF.

§ 2º Nos casos em que o Sinapi não dispuser de valores de serviços, deverão ser utilizados, nas fichas de composição de custos unitários, sempre que possível, os custos de insumos constantes do Sinapi.

§ 3º Nas contratações de serviços de terraplenagem, drenagem, entre outros que se enquadrem, serão, sempre que disponíveis, utilizados os valores do Sistema de Custos Rodoviários – Sicro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT.

§ 4º Deverá acompanhar o orçamento a indicação das fontes de consulta dos custos de serviços e/ou insumos adotados nas planilhas orçamentárias.

§ 5º Na elaboração do orçamento-base que comporá os editais de licitação, serão definidos os critérios de aceitabilidade de preços.

Art. 8º No caso de obra cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, a Administração não deverá iniciá-la sem a prévia inclusão no plano plurianual ou sem a lei que autorize a inclusão.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Disposições Finais**

ALTERADO

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1200 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 21 de Dezembro de 2012 Publicação: Segunda-feira, 24 de Dezembro de 2012

Art. 9º Compete à unidade de planejamento estratégico orientar e acompanhar a implementação e a aplicação do Sistema de Avaliação e Priorização de Obras, observando o planejamento estratégico definido pelo Tribunal.

Art. 10. A unidade de controle interno será responsável por fiscalizar o cumprimento desta portaria.

Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FELIX FISCHER



ALTERADO

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1200 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 21 de Dezembro de 2012 Publicação: Segunda-feira, 24 de Dezembro de 2012  
ANEXO

### Planilha de Avaliação e Priorização de Obras

ITEM	OBRA	LOCAL	OBJETIVO	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	NECESSIDADES E BENEFÍCIOS	CUMPRIMENTO NORMATIVO	ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA	PONTUAÇÃO ALCANÇADA
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									

#### Notas explicativas

ITEM – Numeração cardinal em ordem sequencial da relação de obras. (NÃO DEFINE ORDEM DE PRIORIDADE).

OBRA – Descrição resumida de cada obra

LOCAL – Local de realização da obra.

OBJETIVO – Descrição da finalidade da obra.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA – Informação sobre a obra estar ou não prevista no orçamento do exercício financeiro.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO – Pontuação atribuída a cada obra pela avaliação específica para este critério.

NECESSIDADES E BENEFÍCIOS – Pontuação atribuída a cada obra pela avaliação específica para este critério.

CUMPRIMENTO NORMATIVO – Pontuação atribuída a cada obra pela avaliação específica para este critério.

ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA – Pontuação atribuída a cada obra pela avaliação específica para este critério.

PONTUAÇÃO DO CRITÉRIO – Média aritmética das pontuações atribuídas aos critérios indicados nas colunas de 6 a 9.